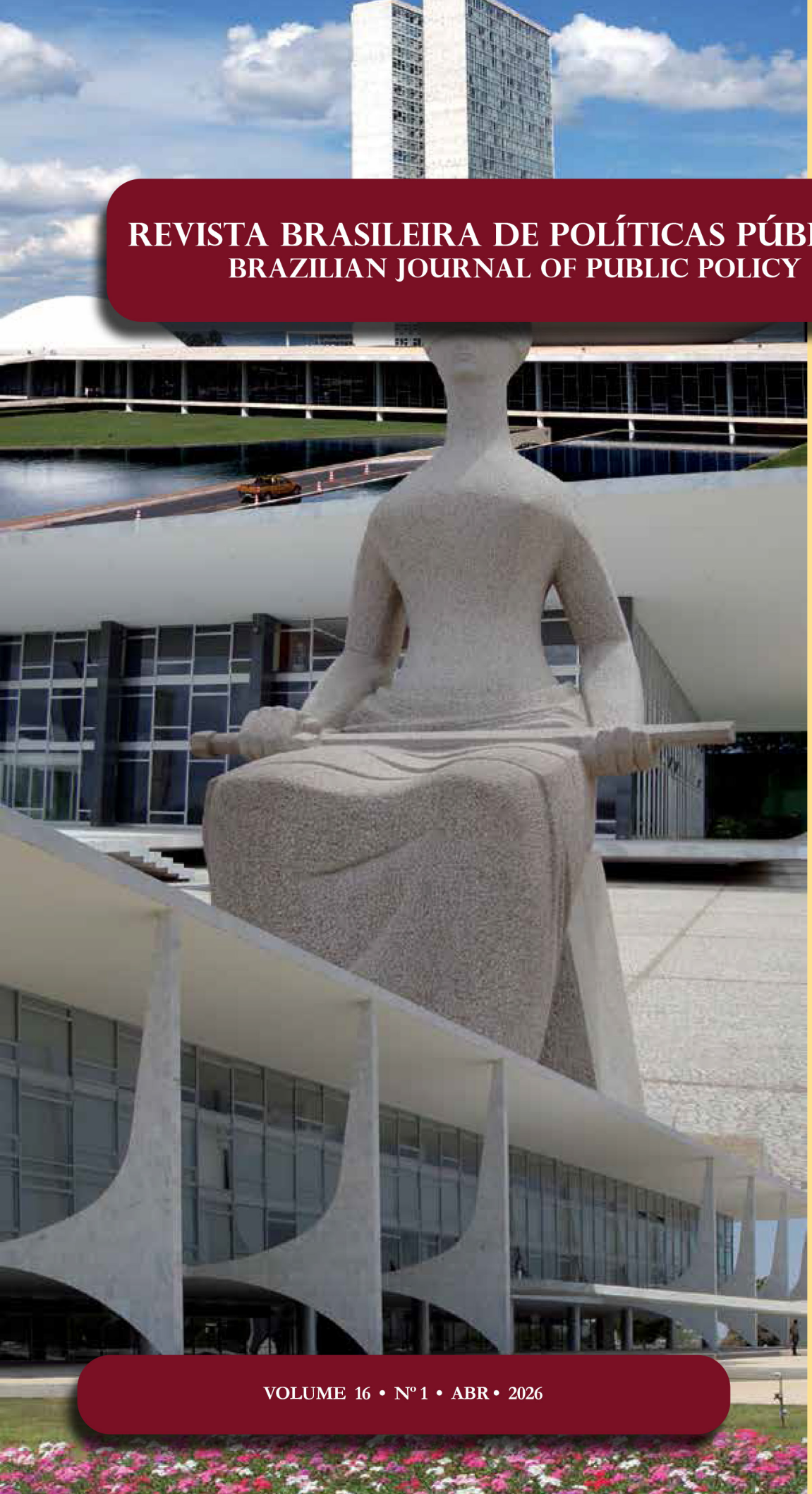
CEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR
ISSN 2236-1677

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY



A dupla face das comunidades diante da crise climática: Valores e implicações para as políticas públicas

The two sides of communities in the face of the climate crisis: Values and implications for public policy

João Pedro Schmidt

VOLUME 16 • Nº 1 • ABR • 2026

Sumário

SEÇÃO I - INSTITUIÇÕES, GOVERNANÇA, DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA 17

Transparência e opacidade de organizações internacionais: pesquisa bibliométrica sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos 19
Ademar Pozzatti e Ana Carolina Campara Verdum

Por uma modernização da política de acesso à informação no Brasil: uma avaliação da Lei de Acesso à Informação à luz da Lei Modelo Interamericana 2.0 sobre o acesso à informação pública 45
Pedro Alves Barbosa Neto

Incerteza e partilha de riscos nas concessões de serviços públicos 68
Alberto de Oliveira

Mudanças institucionais no marco regulatório do uso da biodiversidade no Brasil: uma análise a partir da perspectiva do Advocacy Coalition Framework 86
Victor Manuel Barbosa Vicente e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo

Os laços do poder: Transformações nas Estratégias da Elite Empresarial na Captura do Estado Brasileiro 104
Caio César Coelho Rodrigues, Felipe Fróes Couto e Maria Teresa Leão Wanderley

Entre norma e prática: limites da transparência e participação social na ANATEL 135
Ana Luisa Ferreira Vital, Daniel Lucas e Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha

Resilient Democracy in Crisis: Evidence from Participatory Budgeting during Martial Law in Ukraine 149
Oleh Brovko e Ramon Blanco de Freitas

SEÇÃO II - POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS 163

Políticas públicas e o cumprimento do acordo de paris pelo Brasil: O papel das instituições públicas na redução das emissões de CO2 com sistemas fotovoltaicos 165
Álvaro Guilherme Rocha, André Barra Neto, Bruno Garcia de Oliveira, Solon Bevilacqua e Ana Paula Pinheiro Zago

A dupla face das comunidades diante da crise climática: Valores e implicações para as políticas públicas 187
João Pedro Schmidt

Acolhimento familiar: desafios para garantia do direito à convivência familiar e comunitária 204
Giovanna Stallivieri Fernandes e Jucimeri Isolda Silveira

Enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Tocantins: Uma avaliação da política pública 217
Danila Resende Duarte Marvão, Cibele Aparecida Martins de Toledo, Dini Ribeiro Bezerra, Jorge Antônio da Silva Couto, Michelle Araújo Luz Cilli e Waldecy Rodrigues

A Letalidade Violenta Feminina no contexto de políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro 236
Vinícius Ferreira Baptista

SEÇÃO III - JUSTIÇA, CONSTITUIÇÃO E TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS 263

Diálogos institucionais no contexto da judicialização da saúde: desvelando desafios de uma experiência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro 265
Isabela Barboza da Silva e Tavares Amaral Correio

Saúde e direito na pandemia de COVID-19: A judicialização da política pública no Rio Grande do Norte 282
Raquel Maria da Costa Silveira, Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti e Edson Lucas Pereira dos Santos

Modelos de comportamento judicial: a difícil adequação do clássico modelo tripartido à realidade brasileira 303
Sergio Nojiri e Taísa Magro Ostini

Derecho Penal y eximentes de responsabilidad con enfoque de género en Chile .. 321
Valeska Cecilia Rivas Arias, Dr. Juan Jorge Faundes Peñafiel e Tomás Alejandro Figueroa Martínez

La inconstitucionalidad por omisión del legislador y el actuar de la justicia constitucional española y colombiana 351
Juan Pablo Díaz Fuenzalida, Marcela Inés Peredo Rojas e Luz Eliyer Cárdenas-Contreras

Algoritmos e inteligencia artificial en la gestión migratoria estatal: estándares interamericanos y acceso a la justicia de las mujeres migrantes en Chile 373
Glorimar Alejandra Leon Silva

doi: 10.5102/rbpp.v16i1.10382

A dupla face das comunidades diante da crise climática: Valores e implicações para as políticas públicas*

The two sides of communities in the face of the climate crisis: Values and implications for public policy

João Pedro Schmidt**

Resumo

O papel das comunidades e dos valores pessoais na percepção e ação climáticas é geralmente abordada separadamente. Neste artigo, é abordada de forma integrada, com base na premissa de que a comunidade é o ambiente primordial de formação e disseminação de valores. A esfera comunitária é composta por variadas comunidades particulares, com diferentes valores e práticas. O objetivo é o de investigar a influência das comunidades, com distintos valores e práticas, nas políticas climáticas. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: *que implicações resultam da ambiguidade dos valores e práticas das comunidades frente à crise climática para as políticas de mitigação e adaptação?* A base teórica adotada é a teoria comunitarista de Amitai Etzioni combinada com a teoria dos valores humanos de Shalom Schwartz, por se considerar que tais teorias são adequadas à integração do nível meso de análise (comunidade) com o nível micro (valores individuais). A abordagem metodológica é qualitativa, teórico-exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando a análise temática como procedimento de análise. A argumentação é desenvolvida em quatro tópicos: (i) apresentação de evidências sobre as ambiguidades das comunidades; (ii) análise das ambiguidades das comunidades à luz da teoria comunitarista de Etzioni; (iii) análise das ambiguidades das comunidades à luz da teoria dos valores de Schwartz; (iv) implicações da ambiguidade das comunidades para as políticas climáticas. Conclusivamente são indicadas várias implicações para as políticas climáticas, incluindo as seguintes: as comunidades caracterizadas por valores universalistas e de benevolência são as aliadas prioritárias na ação climática; é urgente a inclusão da educação de valores na educação ambiental/climática; a comunicação climática deve estar amparada em valores; a comunicação climática deve estar atenta às diferenças do repertório conceitual do público conservador e progressista.

Palavras-chave: comunidade; Etzioni; Schwartz; mudanças climáticas; políticas públicas.

* Recebido em 17/11/2025
Aprovado em 24/04/2026

** Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pós-doutorado na The George Washington University, Washington DC (2016). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, docente do Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado.
Email: jpedro@unisc.br

Abstract

The role of communities and personal values in climate perception and action is usually addressed separately. In this article, it is addressed in an integrated manner, based on the premise that the community is the primary environment for the shaping and dissemination of values. The community sphere is composed of a variety of particular communities, with different values and practices. The objective is to investigate the influence of communities with different values and practices on climate policies. The starting point is the following research question: what implications do the ambiguity of community values and practices with regard to the climate crisis have for mitigation and adaptation policies? The theoretical basis adopted is Amitai Etzioni's communitarian theory combined with Shalom Schwartz's theory of human values, as these theories are considered appropriate for integrating the meso level of analysis (community) with the micro level (individual values). The methodological approach is qualitative, theoretical-exploratory, based on bibliographic and documentary research, using thematic analysis as the analysis procedure. The discussion is developed in four topics: (i) presentation of evidence on the ambiguities of communities; (ii) analysis of the ambiguities of communities considering Etzioni's communitarian theory; (iii) analysis of the ambiguities of communities in light of Schwartz's theory of values; (iv) implications of the ambiguity of communities for climate policies. In conclusion, several implications for climate policies are indicated, including the following: communities characterized by universalist and benevolent values are priority allies in climate action; the inclusion of values education in environmental/climate education is urgent; climate communication must be supported by values; climate communication must be attentive to the differences in the conceptual repertoire of conservative and progressive publics.

Keywords: community; Etzioni; Schwartz; climate change; public policy.

1 Introdução

Desde os primórdios, salienta Michael E. Mann[1], somos seres moldados pelo clima e é o clima ameno dos últimos 12 mil anos que possibilitou a civilização e o desenvolvimento. O equilíbrio climático é condição de nossa existência e é um bem comum[2] em favor do qual devemos todos nos empenhar. No cotidiano, são permanentes as discordâncias sobre o que é o bem comum. Discernir o bem comum requer o permanente diálogo social sobre o melhor a fazer em cada situação[3]. No tema das mudanças climáticas, o caminho do bem comum é indicado pela climatologia: o bem comum climático requer zerar a emissão de gases de efeito estufa, reabsorver a concentração atmosférica excessiva desses gases e adotar um padrão de produção e consumo compatível com o equilíbrio climático e a sustentabilidade socioambiental.[4]

Por que não há um zelo coletivo pelo bem comum? Uma parte da explicação vem do exame do papel exercido pelos valores pessoais e coletivos. O que são *valores*? A literatura das ciências sociais converge no sentido de conceituar os valores como ideias ou crenças sobre o que é importante, desejável, meritório e correto. O sociólogo Allan Johnson[5] explica que os valores permitem classificar virtualmente qualquer coisa, como "abstrações (lógica acima da intuição), objetos (ouro acima de chumbo), experiência (amar e perder

[1] MANN, Michael E. *Our fragile moment*: how lessons from Earth's past can help us survive the climate crisis. New York: Public Affairs, 2023.

[2] Bem comum é um conceito filosófico clássico cujo significado remete ao bem que beneficia a todos, sendo um ideal ou um fim a ser alcançado pela sociedade. Os bens comuns podem ser considerados os palcos práticos onde o bem comum é construído, negociado e vivido.

[3] SELZNICK, Philip. *The moral commonwealth*. Berkeley: University of California Press, 1994.

[4] SCHMIDT, João Pedro. *Mudanças climáticas*: por que o mais grave problema da humanidade não se tornou o problema político nº 1? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2024.

[5] JOHNSON, Alan. *Dicionário de sociologia*. Zahar: Rio de Janeiro, 1996, p. 469.

acima de nunca amar), comportamento (dizer a verdade acima de mentir), características pessoais (alta estatura acima de baixa), e estados de ser (sadio acima de doente)". A antropologia, conforme Joel Robbins[6], classicamente considera os valores como elementos da cultura internalizados pelos indivíduos no processo de socialização. Dada a pluralidade de valores individuais nas sociedades, os valores compartilhados explicam o fato de que cada sociedade é um mundo relativamente ordenado em vez de ser uma "cacofonia de projetos opostos", possibilitando aos indivíduos viverem juntos de forma relativamente ordenada. Na psicologia social, os valores são concebidos como crenças relativamente persistentes, vinculadas ao afeto, que se referem a objetivos desejáveis, motivam a ação, servem como padrões ou critérios e estão ordenados por importância relativa uns em relação aos outros.[7] Na ciência política, os valores são entendidos como forças motrizes do comportamento político, que influenciam e são influenciados pelas transformações sociais e fatores de estabilidade e instabilidade do sistema político.[8]

A explicação de fenômenos sociais com base em valores deve evitar dois reducionismos: o culturalismo e o racionalismo. Com relação ao primeiro aspecto, cabe frisar que os valores não são a causa única das ações; eles são uma variável relevante para compreendê-las. Com relação ao segundo, os valores transcendem a racionalidade, tendo um forte vínculo com os afetos e emoções. Tais premissas têm esteio nos achados da socioeconomia[9], da economia comportamental[10], da psicologia moral[11] e das neurociências[12].

O presente estudo examina os valores comunitários frente às mudanças climática, as ambiguidades derivadas dos valores compartilhados nas comunidades e sua repercussão nas políticas climáticas. A literatura sobre políticas climáticas (e políticas públicas) geralmente analisa separadamente o papel dos valores pessoais e o papel das comunidades. Aqui este exame é feito de forma integrada, apoiado na premissa de que a comunidade é a esfera social primordial de formação dos valores pessoais. Tanto a influência das comunidades no ambiente social quanto a face ambígua das comunidades estão bem estabelecidas na literatura, notoriamente por autores comunitaristas[13] e do capital social[14].

O objetivo é o de investigar a influência das comunidades, com distintos valores e práticas, nas políticas climáticas. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: *que implicações resultam da ambiguidade dos valores e práticas das comunidades frente à crise climática para as políticas de mitigação e adaptação?* A abordagem metodológica é qualitativa, teórico-exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. O percurso metodológico seguiu duas etapas principais*:* a) Seleção e recorte das fontes: foram priorizadas fontes acadêmicas internacionais e nacionais, incluindo as obras de Amitai Etzioni (comunitarismo) e Shalom Schwartz (teoria dos valores humanos) e escolha de estudos empíricos e metanálises com relevância temática direta para o problema de pesquisa, observando a diversidade geográfica dos casos estudados. b) Procedimento de análise: análise temática, organizada em três eixos: identificação de padrões nas ambiguidades comunitárias frente à crise climática; articulação teórica entre os conceitos de comunidade (Etzioni) e valores humanos

[6] ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, moralidade e processo social. *Sociologias*, ano 17, n. 39, mai/ago 2015, p. 171.

[7] SCHWARTZ, Shalom. *Basic human values*: an overview. 2006.

[8] INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change and democracy*: the human development sequence. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

[9] ETZIONI, Amitai. *A dimensão moral*: rumo a uma nova economia. Salvador: Edufba; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2022.

[10] ARIELY, Dan. *Previsivelmente irracional*: como as situações do dia a dia influenciam as nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

[11] HAIDT, Jonathan. *A mente moralista*: porque pessoas boas são segregadas por política e religião. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

[12] DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. CACIOPPO, J.; PATRICK, W. *Solidão*: a natureza humana e a necessidade de vínculos sociais. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2010.

[13] ETZIONI, Amitai. *The monochrome society*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001. BELLAH, Robert et al. *Habits of the heart*: individualism and commitment in American life. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1996.

[14] ATRIA, Raul; SILES, Marcelo (Comp.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*: en busca de un nuevo paradigma. Santiago: CEPAL/University of Michigan Press, 2003. OSTROM, E. Capital social negativo o perverso. *Estudos sociológicos*, n. 21, p. 572-574, 2003. MATOS, Heloiza. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. *Líbero*, v. 12, n. 23, p. 53-62, jun. 2009.

(Schwartz); derivação analítica de implicações para políticas públicas a partir da intersecção entre evidências empíricas e fundamentação teórica.

2 Evidências: ambiguidades das comunidades frente à crise climática

Em diferentes contextos, as comunidades assumem diferentes posicionamentos frente à crise climática. Os resultados de pesquisas a seguir apresentados ilustram essas ambiguidades. Inicialmente são elencados alguns exemplos de comunidades anti-clima e depois de comunidades pró-clima.

Em *Living in Denial* [*Vivendo em Negação*][15], a antropóloga Kari Marie Norgaard relata sua investigação sobre uma comunidade norueguesa (a Noruega é um dos países com mais alto desenvolvimento humano do mundo e conhecida pela qualidade da educação). Bygdaby (nome fictício), pequena cidade com cerca de 14 mil habitantes, experimentou um inverno com temperaturas excepcionalmente altas em 2000-2001, o que ocasionou falta de neve, adiamento do início da temporada de esqui e a morte de um residente. Apesar da consciência sobre as mudanças climáticas, a comunidade não realizou nenhuma ação para enfrentar as alterações do clima. Mediante observação participante e entrevistas, a autora constatou que a maioria dos entrevistados, embora expressasse medo e preocupação, preferia evitar o assunto do clima nas rotinas diárias. "As pessoas estavam cientes de que as mudanças climáticas poderiam alterar radicalmente a vida nas próximas décadas [mas] passavam os dias pensando em assuntos mais locais e mais fáceis de lidar"[16]. Nas entrevistas, a falta de ação foi atribuída à sensação de impotência diante de um evento global. A mudança climática raramente era discutida em reuniões públicas e as conversas sobre o assunto geralmente superficiais. Para a autora, a negação dos moradores não é algo individual, mas "negação socialmente organizada" no interior da comunidade, um processo pelo qual os indivíduos se distanciam coletivamente das informações devido às normas de emoção, conversação e atenção, e utilizam o repertório cultural existente. Descrentes em poder modificar o fenômeno mundial do aquecimento global a comunidade legitima a negação, desistindo de agir em prol de um bem comum global ao se refugiar no âmbito das questões locais. Noorgaard[17] resume que a história de Bygdaby é uma história sobre como um povo que parece "ter tudo" fica paralisado diante não apenas das mudanças climáticas, mas também de doenças, guerras, violações dos direitos humanos e deterioração ecológica. Uma história sobre a "precariedade dos privilégios", interpretável com base na "negação socialmente organizada", das ligações entre a estrutura macroeconômica, as sensibilidades da comunidade e as emoções individuais.

O panorama traçado por Arlie Hochschild, em *Strangers in Their Own Land* [*Estranhos em sua própria terra*][18], a respeito das comunidades conservadoras de Lousiana, Estados Unidos, tem cores distintas. Utilizando grupos focais entrevistas e observação participante, a socióloga adentrou no terreno do conservadorismo extremista do Tea Party buscando entender um *grande paradoxo*: as comunidades mais afetadas em um dos estados mais impactados pela poluição e por problemas ambientais produzidos pela indústria petrolífera são as que mais se opõem à regulação ambiental federal. A autora interpreta este paradoxo à luz da *história profunda* das comunidades conservadoras do Sul dos Estados Unidos. Os brancos conservadores se veem esperando em uma longa fila em direção ao *sonho americano* e percebem que certos grupos – negros, imigrantes, refugiados, mulheres – recebem atenção especial do governo (os "fura-fila"). A regulação ambiental é vista a partir desta ótica como mais um "fura-fila" que prioriza animais, peixes e plantas em detrimento dos empregos e do modo de vida tradicional. Justificativas religiosas proveniente do evangelismo fundamentalista, com elementos de esforço, mérito e honra e a ideia de que as mudanças climáticas fazem parte do plano divino,

[15] NORGAARD, Kari Marie. *Living in denial*: climate change, emotions, and everyday life. Cambridge: The MIT Press, 2011.
[16] NORGAARD, Kari Marie. Living in denial: climate change, emotions, and everyday life. Cambridge: The MIT Press, 2011, p. 3.
[17] NORGAARD, Kari Marie. *Living in denial*: climate change, emotions, and everyday life. Cambridge: The MIT Press, 2011, p. 208.
[18] HOCHSCHILD, Arlie. *Stranger in their own land*: anger and mourning on the American right. New York: The New Press, 2016.

sustentam essa visão. Em face dos conflitos entre órgãos ambientais e indústrias petrolíferas prevalecem as lealdades às petrolíferas (geradoras de empregos) e à comunidade (que depende fortemente dessa indústria). Deste modo, a negação ambiental-climática é um ato de solidariedade comunitária contra pretensões de um governo que não representa a visão de mundo dos moradores. Entende-se a partir disso a rejeição popular a uma emenda constitucional de 2010 que destinava parte do imposto sobre a extração de petróleo e gás para a proteção costeira contra erosão e danos ambientais. O voto não traduziu uma posição antinatureza e sim uma concepção comunitária antiliberal.

Outro recorte sobre o posicionamento anti-clima de comunidades estadunidenses é feito por Dorceta Taylor, em *Toxic Communities* [*Comunidades Tóxicas*][19]. Apesar do título sugerir que se trata de uma análise sobre comunidades moralmente tóxicas e hostis ao bem comum, a obra trata na verdade de "comunidades intoxicadas", vítimas de racismo ambiental. Taylor rememora variados episódios de racismo ambiental, persistentes ainda hoje. Desde a industrialização dos Estados Unidos, as comunidades racializadas e empobrecidas, negras e latinas, são vítimas da toxicidade ambiental: vivem próximas a refinarias, aterros e fábricas químicas, sofrem mais doenças e têm menor expectativa de vida, têm baixa capacidade de mobilidade residencial e são submetidas à gentrificação. Não se trata de um fenômeno localizado: a discriminação habitacional e a segregação racial têm abundantes exemplos em diferentes estados e cidades. O agente produtor direto da toxicidade é a indústria, mas é o sistema social e político que autoriza licenças de poluição, reduz o valor da terra e da moradia onde vivem minorias e normaliza a desigualdade ambiental. Diante de comunidades que se mobilizam e resistem, as indústrias adotam cautelas, para evitar o conflito, e por isso a mobilização é o grande instrumento de defesa contra o racismo ambiental. O que a autora não aborda explicitamente, mas pode ser lido como a contraface das comunidades intoxicadas, é o papel das "comunidades tóxicas brancas", que desfrutam de ambientes limpos, contam com leis de zoneamento protetivas, têm maior representação política e se beneficiam estruturalmente do fato de outras comunidades suportarem o ônus da poluição. Não é exagero dizer que Taylor põe às claras uma "toxicidade ética" de comunidades brancas estadunidenses, e que sem esforço maior se observa tal toxicidade nas estruturas econômicas e políticas e nos processos de socialização de grande parte dos países.

Em contexto geográfico e social bem diverso, na Nigéria, um estudo analisou os conflitos entre comunidades de agricultores e pastores tensionados por alterações climáticas e as políticas governamentais para dar conta desses conflitos. No estado de Benue, o governo propôs uma legislação que proibiu o pastoreio aberto, visou transformar o pastoreio em atividade privada e pretendeu reassentar os pastores. Tal proposição gerou forte tensionamento. Os conflitos, segundo o autor, tiveram relação direta com mecanismos autoritários de decisão, a exclusão das comunidades, escolhas políticas equivocadas, falta de esclarecimento, além de fatores étnicos e políticos. A solução indicada é a da governança multinível e o envolvimento da comunidade.[20]

No mundo digital, chamam a atenção as comunidades virtuais marcadas pelo negacionismo climático. Uma pesquisa conduzida por Ergon Silva[21] referente a 36 comunidades virtuais brasileiras abrigadas no Telegram constatou um forte vínculo entre o negacionismo climático e a anticiência. As comunidades interagem em sinergia e criam uma rede complexa de reforço às narrativas de desinformação. Temáticas como *apocalipse* e *sobrevivência* atuam como portas de entrada para o negacionismo climático e distribuem links para teorias como *nova ordem mundial* e *globalismo*. A desinformação sobre vacinas, também própria do discurso da anticiência, alcançou um nível máximo nessas comunidades durante a pandemia da covid-19. A partir de

[19] TAYLOR, Dorceta. *Toxic communities*: environmental racism, industrial pollution, and residential mobility. New York e London: New York University Press, 2014.

[20] OJO, John. Climate-related armed conflict and communities' resistance to Rural Grazing Area settlement policy in Nigeria's Middlebelt. *Conflict Resolution Quarterly*, v. 41, p. 121–141, 2023.

[21] SILVA, Ergon. Climate change denial and anti-science communities on Brazilian Telegram: climate disinformation as a gateway to broader conspiracy networks. eprint arXiv:2408.15311, ago 2024.

2022 se intensificaram discussões sobre mudanças climáticas, alinhadas às teorias de dominação global. A própria Agenda 2030 da ONU passou a ser retratada como parte de uma conspiração global.

Tais exemplos ilustram a "face obscura" da comunidade diante da crise climática. Exemplos em que os valores compartilhados levam os membros das comunidades a comportamentos de indiferença (ex: Bygdaby), de negacionismo implícito (ex: comunidades tóxicas estadunidenses) ou de negacionismo explícito (ex: comunidades da Lousiana e comunidades virtuais brasileiras).

Há, por outro lado, abundantes exemplos da "face luminosa" da comunidade. Em primeiro plano cabe referir as comunidades indígenas. Até o início deste século os povos indígenas eram vistos internacionalmente como vítimas das mudanças climáticas. A marcante atuação de representantes dos povos originários em conferências internacionais e seu ativismo e engajamento político em diferentes países modificou essa percepção. Eles passaram a ser reconhecidos por seu papel ativo no combate às mudanças climáticas.[22] No Brasil, antes de os governos estabelecerem estratégias de adaptação climática, os povos indígenas já se organizavam de diversas maneiras para combater os impactos das alterações do clima. Um exemplo é o Conselho Indígena de Roraima, que publicou em 2014 o estudo *Amazad Pana'Adinhan23* como parte da luta pela preservação da floresta e de seus habitantes. O livro descreve o contexto socioambiental dos territórios e as práticas tradicionais, apresenta um calendário com os ciclos naturais e traça planos para enfrentar as consequências das alterações climáticas.

Experiências de comunidades locais que cuidam eficazmente de bens comuns por longos períodos foram examinadas por Elinor Ostrom, em *Governing the Commons* [*Governança dos Bens Comuns*][24]. Entre as experiências emblemáticas descritas no estudo estão: os sistemas de irrigação de Valência, Murcia e Orihuela, na Espanha; as comunidades de pastoreio da Suíça e do Japão; a gestão florestal comunitária no Nepal; a gestão da pesca por comunidades litorâneas na Turquia. Ao observar o êxito dessas experiências e os fracassos de outras, Ostrom concluiu que não há solução única e universal, mas que a observância de certos princípios permite que as comunidades locais sejam extremamente eficazes na gestão dos bens comuns.

Na Europa atual, as "comunidades de energia" são uma alternativa que vem se difundindo em países como Alemanha, Holanda, Espanha e países escandinavos. Uma das iniciativas pioneiras é a do povoado de Feldheim, no estado de Brandemburg, na Alemanha. Os 130 moradores da vila formam uma comunidade de energia desde a década de 1990 e se tornaram completamente autossuficientes em 2010, com eletricidade de baixo custo proveniente de energia eólica, solar e biogás. O início se deu com um casal de investidores que realizava a instalação de turbinas eólicas perto do povoado e convidou os moradores a participar do empreendimento. Mediante discussões transparentes e a possibilidade de participação coletiva no projeto, os investidores conquistaram a confiança dos moradores e estruturaram um sistema de energias limpas, reconhecido por sua segurança e baixo custo. Hoje o povoado produz energia suficiente para abastecer milhares de residências adicionais na região. O controle coletivo do consumo por meio de dispositivos digitais permite aos moradores acompanharem a geração e o consumo de energia em tempo real, favorecendo a otimização do autoconsumo e o compartilhamento do excedente com outros.[25]

No Brasil, inúmeras comunidades – especialmente de populações periféricas e de baixa renda – participam de projetos de preservação ambiental e ação climática. No interior da Bahia, comunidades tradicionais se destacam pelo envolvimento ativo na elaboração, implementação e monitoramento de Planos Locais de Adaptação às Mudanças Climáticas, cujo impulso vem de organizações ambientalistas e de universidades,

[22] ETCHART, Linda. The role of indigenous peoples in combating climate change. *Palgrave Communications*, v. 3, n. 17085, 2017.

[23] CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. *Amazad Pana'Adinhan*: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas: região da Serra da Lua – RR. Boa Vista: CIR, 2014.

[24] OSTROM, Elinor. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

[25] KLÜGLING, Erik. Energy communities as a model for the future? *Sonnenallee*, 09.12.2022.

em áreas prioritárias de conservação de biomas e impactadas por grandes empreendimentos econômicos.[26] Populações tradicionais de quilombolas, pescadores artesanais, marisqueiras, geraizeiros, agroextrativistas, agricultores familiares e camponeses de doze comunidades tradicionais, representadas por seis associações, estão organizadas nesta iniciativa. Partindo de uma avaliação participativa das vulnerabilidades socioambientais e climáticas foi definida uma série de ações, como quintais produtivos agroecológicos, produção de alimentos saudáveis, limpeza e revitalização de rios, construção de viveiros de mudas e práticas de recaatingamento, coleta e beneficiamento de sementes, construção de casa de sementes, plantio de árvores, ações educativas e culturais. A participação comunitária e a valorização dos saberes tradicionais mostraram-se elementos fundamentais para o êxito dos Planos, indicando que "a inclusão das comunidades tradicionais no debate climático global é não apenas uma questão de justiça, mas também uma estratégia eficaz para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável."[27]

O lado luminoso das comunidades frente à crise climática se revela quando os valores compartilhados pressionam os membros a assumirem o engajamento em ações de mitigação e adaptação. Impulsionados por valores ancestrais (ex: comunidades indígenas e tradicionais), pelo capital social proveniente do cuidado continuado de bens comuns (ex: experiências relatadas por Ostrom) ou pela construção de alternativas coletivas (ex: comunidades de energia), o lado luminoso se revela quando o bem da comunidade converge com o bem comum universal.

3 As ambiguidades das comunidades à luz da teoria comunitarista de Amitai Etzioni

Amitai Etzioni formulou um conceito de comunidade que se aplica a comunidades do passado e do presente, centrado em dois componentes: "as comunidades fornecem laços afetivos" e "transmitem uma cultura moral compartilhada".[28] Laços afetivos e cultura moral compartilhada: essas marcas diferenciam comunidades de outros grupos sociais. Enquanto as comunidades de outrora eram basicamente residenciais, as comunidades contemporâneas são diversificadas: residenciais, religiosas, étnicas, profissionais, de gênero, artísticas, políticas e outras.

Tal conceito é propício a uma análise realista, abarcando a face luminosa e a face obscura da comunidade. Mesmo que responda a uma profunda necessidade de todo ser humano por convívio, integração, vínculos sociais, relações Eu-Tu e Eu-Nós, a comunidade não é sinônimo de virtude e bem comum: "comunidades não são boas por si; apenas comunidades que exibem certos atributos, um balanço entre vínculos e proteção do *self*, podem ser qualificadas como boas"[29]. É o exame das práticas e dos valores que permite qualificá-los como virtuosos ou não, favoráveis ao bem comum ou não.

Os valores compartilhados exercem inegável influência sobre cada membro. Para explicar a influência dos valores morais compartilhados, Etzioni utiliza a figura da *voz moral*. A voz moral é "uma forma peculiar de motivação: alenta as pessoas a aderirem aos valores que subscrevem"[30]. A voz moral comunitária estimula seus membros a terem uma conduta coerente com os valores da comunidade. A influência da voz moral

[26] DOURADO, Nathan; DI BLANDA, Leonardo; MOTA, Juliany. Construindo resiliência e justiça climática: a experiência dos planos locais de adaptação às mudanças climáticas com comunidades tradicionais na Bahia. *Revista Verde Grande*, v. 7, n. 1, p. 506-524, 2025.

[27] DOURADO, Nathan; DI BLANDA, Leonardo; MOTA, Juliany. Construindo resiliência e justiça climática: a experiência dos planos locais de adaptação às mudanças climáticas com comunidades tradicionais na Bahia. *Revista Verde Grande*, v. 7, n. 1, p. 524, 2025.

[28] ETZIONI, Amitai. *A terceira via para a boa sociedade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2019, p. 17.

[29] ETZIONI, Amitai. *The monochrome society*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001, p. 144-145.

[30] ETZIONI, Amitai. *La nueva regla de oro*: comunidad y moralidad en una sociedad democrática. Barcelona: Paidos Iberica, 1999, p. 150.

sobre a conduta das pessoas tende a ser mais forte quando a voz interna é reforçada pela voz comunitária, e a voz moral da comunidade é mais eficaz quando apela a valores já estabelecidos. Quanto mais eficaz é a voz moral, menos necessária é a coerção. O autor considera que muitos dos agudos problemas sociais das sociedades ocidentais atuais decorrem da perda da força moral das comunidades, levando amplas parcelas da população a pedir aos governos mais controle, coerção e repressão, sem êxito. A estratégia para o enfrentamento dos grandes problemas sociais requer um esforço para que as comunidades retomem seu papel moral em favor da coesão e da ordem social, em favor do bem comum.

A abordagem de Etzioni é de nível *meso* por sustentar que as decisões individuais são influenciadas de vários modos pelas coletividades sociais, modos que frequentemente escapam à compreensão do indivíduo. Em qualquer âmbito não há como explicar as decisões individuais sem levar em conta as relações sociais. Mesmo no âmbito da economia de mercado, "uma análise socioeconômica da deliberação e escolha começa não com o indivíduo, mas com as coletividades sociais das quais ele é membro. Ela busca explicação das diferenças na capacidade de tomar decisões racionais nas diferenças entre coletividades e nas mudanças dentro de cada coletividade ao longo do tempo."[31] O comportamento puramente racional (apoiado em cálculos lógico-empíricos) é muito raro na economia e na vida humana. Regra geral, os agentes econômicos e consumidores baseiam suas decisões em fatores normativos-afetivos, e isso não prejudica a eficácia das decisões, ao contrário, o elemento afetivo um fator favorável à tomada das melhores decisões.

Na política, os valores comunitários têm importante papel. Esses valores são a régua pelas quais as pessoas medem as ações dos governantes e as políticas públicas. Somente quando os valores das comunidades mudaram favoravelmente é que grandes transformações históricas se tornaram viáveis. É o que aconteceu nas conquistas dos direitos civis, dos direitos das mulheres e das políticas ambientais.[32]

Embora ressalte a relevância social das comunidades, Etzioni[33] ajuda a entender as suas ambiguidades frente ao bem comum. O Autor realça as grandes diferenças entre comunidades e organizações voltadas a ações humanitárias (como a *Cruz Vermelha* ou *Médicos sem Fronteira*) e as ocupadas com questões particularistas (como a *North American Man/Boy Love Association*, que defende a eliminação da idade de consentimento para o sexo, ou a *American Rifle Association*, empenhada na defesa do direito dos cidadãos de possuir e portar armas de fogo). As organizações sociais a serem prestigiadas pelo poder público são somente as que desenvolvem competências cívicas e respeitam valores substantivos do bem comum: o poder público deveria "negar tais isenções [tributárias] a todas as associações que ofendessem qualquer um dos seus valores centrais, como a discriminação contra as minorias e as mulheres".[34]

As ambiguidades das comunidades frente à crise climática, portanto, refletem as ambiguidades frente ao bem comum. O bem comum é a bússola para a análise do papel dos valores em questões sociais e ambientais. Em questões ambientais e climáticas, afirma Etzioni[35], frequentemente é impossível prever quem serão os beneficiários a longo prazo e ainda assim os membros das comunidades que apoiam o bem comum "investem nele não porque isso necessariamente ou provavelmente os beneficiará pessoalmente, ou mesmo seus filhos, mas porque consideram que é um bem que deve ser cultivado. Eles consideram que é a coisa certa a fazer – por si só, por si mesma."

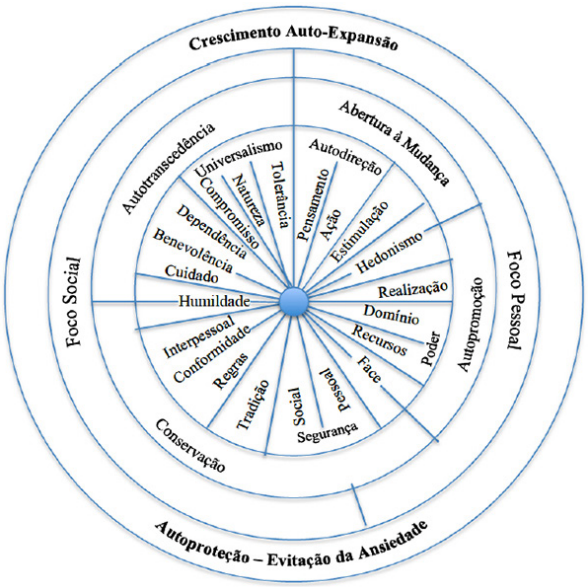
[31] ETZIONI, Amitai. *A dimensão moral*: rumo a uma nova economia. Salvador: Edufba; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2022, p. 253.
[32] ETZIONI, Amitai. *La nueva regla de oro*: comunidad y moralidad en una sociedad democrática. Barcelona: Paidos Iberica, 1999.
[33] ETZIONI, Amitai. *The monochrome society*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001.
[34] ETZIONI, Amitai. *The monochrome society*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001, p. 372.
[35] ETZIONI, Amitai. Common good (verbete). *The Encyclopedia of Political Thought*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd., 2015, p. 5.

4 As ambiguidades das comunidades à luz da teoria dos valores de Shalom Schwartz

A teoria de Shalom Schwartz é uma das mais destacadas formulações da psicologia social sobre os valores e sua influência no comportamento. Schwartz[36] define os valores pessoais como "objetivos amplos e desejáveis que motivam as ações das pessoas e servem como princípios orientadores em suas vidas. Eles afetam a percepção, a cognição e o comportamento das pessoas ao longo do tempo e em diferentes situações." Cada pessoa ordena seus valores em uma hierarquia de importância que expressa suas prioridades de valor.

A teoria está sintetizada no *círculo de valores*. A versão inicial do círculo incluía 10 valores básicos e 4 ordens superiores de valores; posteriormente os valores básicos foram aumentados para 19. Os 19 valores básicos e seus respectivos objetivos são os seguintes: 1. autodireção–pensamento (liberdade para cultivar as próprias ideias e habilidades) 2. autodireção–ação (liberdade para determinar as próprias ações); 3. estimulação (emoção, novidade e desafio na vida); 4. hedonismo (prazer ou satisfação sensual para si mesmo); 5. autorrealização (sucesso pessoal); 6. poder-domínio (controle sobre as pessoas); 7. poder-recursos (controle de recursos materiais e sociais); 8. imagem (manter a imagem pública e evitar a humilhação); 9. segurança pessoal (no ambiente imediato); 10. segurança social (segurança e estabilidade na sociedade); 11. conformidade às regras (cumprimento de regras, leis e obrigações formais); 12. conformidade interpessoal (evitar incomodar ou prejudicar outras pessoas); 13. tradição (manter e preservar costumes e ideias de origem familiar, cultural ou religiosa); 14. benevolência–confiabilidade (ser um membro confiável e digno de confiança do grupo); 15. benevolência–cuidado (compromisso com o bem-estar dos membros do grupo); 16. humildade (reconhecer a insignificância de alguém no grande esquema das coisas); 17. universalismo–preocupação (compromisso com a igualdade, justiça e proteção para todas as pessoas); 18. universalismo–natureza (preservação do ambiente natural); 19. universalismo–tolerância (aceitação e compreensão dos diferentes de nós mesmos).[37] Os 19 valores aglutinam-se nos seguintes 4 valores superiores: abertura à mudança, conservação, autotranscendência e autoaperfeiçoamento – organizados em duas dimensões bipolares – *abertura à mudança* (hedonismo, autodireção e estímulo) versus *conservação* (segurança, tradição e conformidade); e *autoaperfeiçoamento* (hedonismo, realização e poder) versus *autotranscendência* (universalismo e benevolência).

Figura 1: Círculo de valores de Schwartz (redefinido)



Fonte: Sagiv, Schwartz, 2022.

[36] SAGIV, Lilach; SCHWARTZ, Shalom. Personal values across cultures. *Annual Review of Psychology*, v. 73, 2022, p. 518.

[37] SAGIV, Lilach; SCHWARTZ, Shalom. Personal values across cultures. *Annual Review of Psychology*, v. 73, p. 517–46, 2022.

O círculo de valores foi testado em mais de 80 países, mediante dois instrumentos de pesquisa: o *Schwartz Value Survey* e o *Portrait Values Questionnaire*. As pesquisas indicaram a seguinte ordem decrescente de valores: 1ª benevolência; 2º universalismo; 3ª autodireção; 4º segurança; 5ª conformidade; 6º hedonismo; 7º autorrealização; 8ª tradição; 9º estimulação; 10º poder.[38] Mostraram também que a oposição entre valores de autotranscendência e de autoaperfeiçoamento *versus* abertura à mudança e a conservação estão praticamente presentes em toda parte".[39]

Há dois achados de importância central para os fins deste estudo. O primeiro é o de que na grande maioria das nações estudadas "os valores da benevolência, do universalismo e da autodeterminação aparecem no topo da hierarquia, enquanto os valores do poder, da tradição e da estimulação aparecem na extremidade inferior"[40] O segundo é o de que valores de autotranscendência, universalismo e benevolência estão correlacionados a disposições de cooperação social e de cuidado com o meio ambiente. "Um achado consistente é que valores de autotranscendência (especialmente os de universalismo, em contraste com valores de autoaperfeiçoamento, estão relacionados positivamente ao comportamento pró-ambiental).[41]

A constatação de Schwartz de que valores do universalismo e da benevolência são os mais claramente associados à preocupação e engajamento pró-ambiente e pró-clima é referendada por diversas pesquisas empíricas. Por exemplo, Schoenefeld e McCauley[42], em uma investigação com residentes estadunidenses, encontraram "relação positiva entre pontuações altas em valores autotranscendentes e a importância percebida das mudanças climáticas, bem como uma maior disposição para agir" e não encontraram "tal relação para valores de autoaperfeiçoamento". Prati, Pietrantoni e Albanezi[43], em um estudo com 308 estudantes italianos, constataram "evidências que corroboram a influência do universalismo e dos valores de autodireção nas crenças e preocupações sobre as mudanças climáticas. (...) Um foco nos valores do universalismo e da autodireção parece ser uma abordagem mais frutífera para inspirar o engajamento público com as mudanças climáticas". O modelo de valores de Schwartz foi incorporado e validado nos estudos do European Social Survey. Segundo Poortinga et al.[44], algumas das associações são notavelmente consistentes nos 23 países participantes do Survey: "a orientação política, o nível de educação e os *valores de autotranscendência versus autoaperfeiçoamento* se mostraram consistentemente ligados às quatro diferentes dimensões das percepções sobre as mudanças climáticas". Este *survey* confirma o vínculo dos valores com a ideologia política, encontrada em diversas pesquisas: as pessoas à direita do espectro político indicaram ter um nível de educação mais baixo, priorizaram valores de autoaperfeiçoamento, são mais propensas ao ceticismo e percebem menores impactos negativos das mudanças climáticas do que as que se colocaram à esquerda do espectro político, em todos ou na grande maioria dos países.

Em uma metanálise de 15 fatores incidentes nas predisposições acerca da mudança climática, Bergquist et al.[45] constataram que a opinião pública estava "positivamente relacionada aos valores autotranscendentes e negativamente relacionada aos valores de autoaperfeiçoamento" e que "não foi encontrado nenhum efeito significativo de subgrupo para valores de autoaperfeiçoamento".

---

[38] SCHWARTZ, Shalom. An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. Online Readings in Psychology and Culture, v. 2, n 1, 2012, p. 15-16.

[39] SCHWARTZ, Shalom. An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. Online Readings in Psychology and Culture, v. 2, n 1, 2012, p. 12.

[40] SCHWARTZ, Shalom. An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. Online Readings in Psychology and Culture, v. 2, n 1, 2012, p.17.

[41] SAGIV, Lilach; SCHWARTZ, Shalom. Personal values across cultures. *Annual Review of Psychology*, v. 73, 2022, p. 536-7.

[42] SCHOENEFELD, Jonas; MCCAULEY, Michelle. Local is not always better: the impact of climate information on values, behavior and policy support. *J Environ Stud Sci*, v. 6, 2016, p. 728.

[43] PRATI, G.; PIETRANTONI, L.; ALBANESI, C. Human values and beliefs and concern about climate change: a Bayesian longitudinal analysis. *Quality & Quantity*, v. 52, 2018, p. 1623.

[44] POORTINGA, Wouter et al. Climate change perceptions and their individual-level determinants: a cross-European analysis. *Global Environmental Change*, v. 55, 2019, p. 33.

[45] BERGQUIST, Magnus. Meta-analyses of fifteen determinants of public opinion about climate change taxes and laws. *Nature Climate Change*, v. 12, 2022, p. 237.

À luz da teoria dos valores de Schwartz, os posicionamentos sobre o clima não são aleatórios nem refletem apenas as crenças do círculo social próximo, podendo ser compreendidos ao se observar sua relação com os valores de autotranscendência ou de autoaperfeiçoamento.

5 Implicações das ambiguidades das comunidades para as políticas climáticas

Levando em conta as ambiguidades das práticas e valores das comunidades frente à crise climática que implicações podem ser inferidas no tocante às políticas climáticas?

Uma primeira implicação é que *favoráveis ou contrárias, as comunidades representam um fator relevante no enfrentamento das mudanças climáticas*. As comunidades são um importante espaço para formar o convencimento íntimo das pessoas sobre o que é correto ou incorreto em termos do bem comum. Este convencimento influencia os posicionamentos pessoais frente às políticas de mitigação e adaptação climática.[46] Esses posicionamentos não são homogêneos e é somente na medida em que o clima for considerado um bem comum pela maioria das pessoas e das comunidades que as políticas climáticas serão aceleradas e se tornarão mais eficazes e eficientes. Se a face luminosa da comunidade prevalecer (pelos valores de autotranscendência) o engajamento pró-clima irá aumentar; se o lado obscuro predominar (pelos valores de autopromoção), o quadro será de inação.

Outra implicação é *que nas comunidades ecoam as vozes da sociedade*. Comunidades não são corpos fechados. São afetadas por condicionantes socioeconômicos (como o nível de desenvolvimento do país), o regime político (democrático ou autoritário) e a clivagem ideológica direita/esquerda. Quanto ao nível socioeconômico: países ricos são os maiores emissores de gases de efeito estufa; países pobres tendem a repetir o mesmo caminho caso não recebam auxílio.[47] Quanto ao regime político: países democráticos têm melhor arcabouço regulatório, mas a racionalidade neoliberal comum em países democráticos solapa o compromisso climático.[48] Quanto à clivagem ideológica esquerda/direita: eleitores de direita conhecem menos e acreditam menos na gravidade e na origem antrópica das mudanças do que eleitores de esquerda; e governos de esquerda são mais proativos e eficazes em políticas climáticas do que governos de direita.[49] Esses elementos indicam que as comunidades podem avançar ou retroceder nas questões do clima de acordo com as tendências mais gerais da sociedade.

Uma terceira derivação é a que *as aliadas prioritárias da ação climática são as comunidades com práticas e valores universalistas e de benevolência*. A visão estratégica requer das lideranças políticas especial atenção aos aliados em questões que exigem romper com o senso comum estabelecido. Este é o caso da adoção de medidas enérgicas, mas ainda impopulares de mitigação climática, como impostos sobre combustíveis fósseis e penalidades duras aos grandes emissores de gases de efeito estufa. As medidas enérgicas, conforme pesquisas de opinião em diferentes países, têm baixa adesão, sendo preferidas medidas de incentivo e premiação e mecanismos de mercado, como os créditos de carbono.[50] O agravamento da crise climática exige políticas mais arrojadas, mas como conseguir apoio em regimes democráticos? O caminho é a aproximação com as comunidades

[46] CORNER, Adam; MARKOWITZ, Ezra; PIDGEON, Nick. Public engagement with climate change: the role of human values. *WIREs Clim Change*, v. 5, p. 411–422, 2014.

[47] SCHMIDT, João Pedro. *Mudanças climáticas*: por que o mais grave problema da humanidade não se tornou o problema político nº 1? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2024.

[48] FIORINO, Daniel. Political regimes, in: Fiorino, D.; Eisenstadt, T.; Ahluwalia, M. *Elgar Encyclopedia of Climate Policy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024, p. 55-59.

[49] STOCKUS, Christopher; ZELL, Ethan. Political differences in climate change knowledge and their association with climate attitudes, behavior, and policy support. *Journal of Environmental Psychology,* v. 105, 2025.

[50] FAIRBROTHER, Malcolm. Public opinion about climate policies: a review and call for more studies of what people want. *PLOS Climate*, v. 1, n. 5, mai 2022.

conhecidas pelo apreço ao bem comum em causas sociais e ambientais; nelas se encontra a predisposição para apoiar medidas arrojadas.

Uma quarta decorrência é a *necessidade de incluir a educação de valores na educação ambiental/climática*. O conhecimento só se torna força de transformação quando está sustentado na dimensão emocional e valorativa. Além de conhecimentos sobre as mudanças climáticas é impositivo fortalecer valores condizentes com a preservação do clima. Não é possível transformar diretamente os valores; essa transformação é indireta. Visto que a percepção e as predisposições sobre o clima são impactadas pela experiência pessoal direta de desastres ambientais[51], têm grande relevância os debates comunitários em momentos pós-catástrofes climáticas tanto sob o aspecto cognitivo quanto emocional/valorativo. A dimensão cognitiva propicia o entendimento sobre os fenômenos climáticos; o impulso para agir vem das emoções e dos valores. A educação climática, ainda incipiente, será qualificada fortemente com a inclusão da educação de valores.

Outra implicação é a *urgência da comunicação climática baseada em valores*. Há consenso nos estudos especializados de que a comunicação climática vem pecando por ser excessivamente técnica, fazer abundante uso de dados, trazer mensagens vagas, aproximar-se pouco de questões locais e dialogar pouco com as prioridades imediatas das pessoas. Comunicadores climáticos geralmente têm formação ambientalista e comunicam intuitivamente o clima a partir dessa perspectiva, mas a população não se sente conclamada. Unir a linguagem simples e acessível, usar exemplos práticos de alterações do clima, apresentar o problema e as melhores soluções, buscando a conexão com os valores das pessoas – eis o desafio com que se defrontam lideranças e ativistas. Amitav Gosh[52] associa o problema comunicacional ao viés racionalista da cultura ocidental. Diferentemente, por exemplo, do documento do Acordo de Paris, a Encíclica *Laudato Sí*, do Papa Francisco[53], é exemplar na comunicação climática: "A Encíclica chama a atenção pela lucidez de sua linguagem e pela simplicidade de sua construção" e toca em temas profundos que unem ciência e apelo ético. A responsabilidade coletiva pela *casa comum*, a dignidade da criação aviltada pelo sistema socioeconômico do lucro sem limites, os crimes contra a natureza e os pobres, o chamado à conversão ecológica e à sobriedade – todos são elementos que têm mostrado apelo junto a pessoas afetadas pelo negacionismo, desinformação ou apatia.[54]

Uma sexta implicação é a *necessidade de adequar a comunicação climática à clivagem entre conservadores e progressistas*. A divisão da sociedade entre uma vertente religiosa e política conservadora e uma vertente progressista é um fato notório em vários países, incluindo o Brasil. Diversas pesquisas constatam que a comunicação climática usualmente tem maior conexão com o público progressista. O público religioso conservador é mais numeroso entre evangélicos pentecostais e neopentecostais, mais aderente aos Republicanos nos Estados Unidos e ao bolsonarismo no Brasil. Já o público progressista é mais numeroso entre católicos, que revelam preferência pelos Democratas nos Estados Unidos e pela esquerda no Brasil.[55] A comunicação climática terá mais êxito se se adequar ao universo conceitual e à linguagem de cada público. Na relação com o público conservador religioso cabe considerar os conceitos de *mordomia da criação*, *guardião da criação, reverência, proteção da vida e prudência*, e com o segmento político os temas de *inovação, eficiência, patriotismo, segurança e independência energética*. O público progressista religioso é sensível a temas como *justiça social e ambiental, opção pelos pobres, ecologia integral* e *profetismo,* aproximando-se da vertente política, que se mostra atenta a temas como *justiça climática, equidade, ação coletiva e transformação sistêmica*. Não se trata de maquiar a mensagem climática,

[51] LEISEROWITZ, Anthony. *International public opinion on climate change*: extreme weather and vulnerability, 2023. New Haven, CT: Yale Program on Climate Change Communication and Data for Good at Meta, 2024. DEMSKI, Cristina et al. Experience of extreme weather affects climate change mitigation and adaptation responses. *Climatic Change*, v.140, p. 149–164, 2017.

[52] GOSH, Amitav. *O grande desatino*: mudanças climáticas e o impensável. São Paulo: Quina, 2022.

[53] PAPA FRANCISCO. *Laudato Sí*: sobre o cuidado da casa comum. Santa Sé, 2015.

[54] GOSH, Amitav. *O grande desatino*: mudanças climáticas e o impensável. São Paulo: Quina, 2022, p. 163.

[55] MILLER, Eric C. The great complacency - conservative Christians and climate change (review). *Journal of Communication and Religion*, v. 45, n. 2, pp. 134-143, 2022. PLEYERS, Geoffrey. A "guerra dos deuses" no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Educação e Sociedade*, v. 41, p. 1-17, 2020. SANTOS, Renan. Evangélicos brasileiros e o ativismo ambiental: incompatibilidades estruturais ou rivalidades eletivas? *Religião e Sociedade*, v. 44, n. 2, 2024.

mas torná-la compreensível mediante o diálogo com o universo cultural e a visão de mundo de cada polo religioso-político.

6 Considerações finais

As evidências relativas à dupla face da comunidade frente à crise climática são incontestáveis, de forma similar ao que acontece no setor público e no setor privado. Como ilustração da face obscura da comunidade foram apresentados, entre outros, os casos da comunidade norueguesa de Bygdaby, das comunidades da Lousiana, das comunidades tóxicas estadunidenses e de comunidades virtuais no Brasil. O lado luminoso foi exemplificado com as comunidades indígenas, das experiências de gestão comunitária de bens comuns, das comunidades de energia europeias e das comunidades de povos tradicionais no Brasil.

Argumentou-se que compreensão dessas ambiguidades comunitárias frente à crise climática ganha profundidade ao se integrar as perspectivas de nível meso (Etzioni) e de nível micro (Schwartz). A teoria de Etzioni nos alerta que a "voz moral" da comunidade incentiva a conformidade dos membros a um conjunto de valores compartilhados. No entanto, conforme Schwarz, essa voz não ressoa de igual modo em todos os indivíduos. A predisposição de um indivíduo a internalizar e agir de acordo com a voz moral pró-clima de sua comunidade depende da sua hierarquia de valores pessoais. A capacidade de uma comunidade de mobilizar seus membros para a ação climática depende da congruência entre a mensagem comunitária e o perfil valorativo predominante entre seus integrantes. Em uma comunidade onde predominam valores de autotranscendência, os indivíduos cujos valores pessoais priorizam o bem comum são pressionados a acatar esse chamado. Por outro lado, quando a voz moral da comunidade é anti-clima, ela encontra ressonância nos indivíduos com altos níveis de valores de autoaperfeiçoamento.

O problema de pesquisa - *que implicações resultam da ambiguidade dos valores e práticas das comunidades frente à crise climática quanto à eficácia das políticas de mitigação e adaptação?* - foi respondido mediante um elenco de seis implicações para as políticas públicas. A primeira é que, favoráveis ou contrárias, as comunidades são um fator relevante no enfrentamento das mudanças climáticas. Outra é que o poder público deve levar em conta as interfaces das comunidades com aspectos estruturais e conjunturais para melhor entender o apoio ou a resistência à ação climática. A terceira derivação é a que as comunidades caracterizadas por práticas e valores universalistas e de benevolência são aliadas prioritárias de ações mais enérgicas, indispensáveis no quadro dramático do clima. A quarta é a necessidade de incluir a educação de valores na educação ambiental/climática. A quinta é a necessidade da comunicação climática superar o viés racionalista e incorporar os valores dos diferentes públicos. Uma última implicação é a necessidade da comunicação climática contemplar a clivagem *conservadores x progressistas*, tendo em vista as particularidades conceituais e de visão de mundo destes públicos.

Em suma, a comunidade é essencial para o êxito das políticas de mitigação e adaptação climáticas. Quando vão ao encontro de valores compartilhados pelas comunidades as ações propostas pelo poder público tendem a ganhar apoio de pessoas e lideranças sensíveis ao bem comum, ao passo que enfrentam obstáculos quando entram em choque com os valores comunitários vigentes. Saber lidar com a dupla face das comunidades faz parte da *virtú* dos governantes, desafiados hoje a liderar os povos quando a humanidade está diante do seu mais grave problema.

Referências:

ARIELY, Dan. *Previsivelmente irracional*: como as situações do dia a dia influenciam as nossas decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ATRIA, Raul; SILES, Marcelo (Comp.). *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*: en busca de un nuevo paradigma. Santiago: CEPAL/University of Michigan Press, 2003.

BELLAH, Robert et al. *Habits of the heart*: individualism and commitment in American life. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1996.

BERGQUIST, Magnus. Meta-analyses of fifteen determinants of public opinion about climate change taxes and laws. *Nature Climate Change, v.* 12, p. 235–240, março 2022.

CACIOPPO, J.; PATRICK, W. *Solidão*: a natureza humana e a necessidade de vínculos sociais. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2010.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. Amazad Pana'adinhan: percepções das comunidades indígenas sobre as mudanças climáticas: região da Serra da Lua – RR. Boa Vista: CIR, 2014.

CORNER, Adam; MARKOWITZ, Ezra; PIDGEON, Nick. Public engagement with climate change: the role of human values. *WIREs Clim Change*, v. 5, p. 411–422, 2014.

DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMSKI, Cristina *et al*. Experience of extreme weather affects climate change mitigation and adaptation responses. *Climatic Change,* v.140, p. 149–164, 2017.

DOURADO, Nathan; DI BLANDA, Leonardo; MOTA, Juliany. Construindo resiliência e justiça climática: a experiência dos planos locais de adaptação às mudanças climáticas com comunidades tradicionais na Bahia. *Revista Verde Grande*, v. 7, n. 1, p. 506-524, 2025.

ETCHART, Linda. The role of indigenous peoples in combating climate change. *Palgrave Commun*ications, v. 3, n. 17085, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1057/palcomms.2017.85. Acesso em 15/10/2025.

ETZIONI, Amitai. *A dimensão moral*: rumo a uma nova economia. Salvador: Edufba; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2022.

ETZIONI, Amitai. *A terceira via para a boa sociedade*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2019.

ETZIONI, Amitai. *La nueva regla de oro*: comunidad y moralidad en una sociedad democrática. Barcelona: Paidos Iberica, 1999.

ETZIONI, Amitai. *The monochrome society*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2001.

ETZIONI, Amitai. Common good (verbete). *The encyclopedia of political thought*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd., 2015.

FAIRBROTHER, Malcolm. Public opinion about climate policies: a review and call for more studies of what people want. PLOS Climate, v. 1, n. 5, mai 2022. Disponível em: https://journals.plos.org/climate/article?id=10.1371/journal.pclm.0000030. Acesso em 22/10/2025.

FIORINO, Daniel. Political regimes, in: Fiorino, D.; Eisenstadt, T.; Ahluwalia, M. *Elgar Encyclopedia of Climate Policy*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024, p. 55-59.

GOSH, Amitav. *O grande desatino*: mudanças climáticas e o impensável. São Paulo: Quina, 2022.

HAIDT, Jonathan. *A mente moralista*: porque pessoas boas são segregadas por política e religião. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

HOCHSCHILD, Arlie. *Stranger in their own land*: anger and mourning on the American right. New York: The New Press, 2016.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. M*odernization, cultural change and democracy*: the human development sequence. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JOHNSON, Alan. *Dicionário de sociologia*. Zahar: Rio de Janeiro, 1996.

KLÜGLING, Erik. Energy communities as a model for the future? *Sonnenallee,* 09.12.2022. Disponível em: https://sonnenallee.sma.de/en/solar-energy/energy-communities/. Acesso em 16/10/2025.

LEISEROWITZ, Anthony. *International public opinion on climate change*: extreme weather and vulnerability, 2023. New Haven, CT: Yale Program on Climate Change Communication and Data for Good at Meta, 2024. Disponível em: https://climatecommunication.yale.edu/wp-content/uploads/2024/03/international-public-opinion-extreme-weather-vulnerability_b.pdf. Acesso em 22/10/2025.

MANN, Michael E. *Our fragile moment*: how lessons from Earth's past can help us survive the climate crisis. New York: Public Affairs, 2023.

MATOS, Heloiza. O lado escuro do capital social: implicações sociais e políticas. *Líbero*, v. 12, n. 23, p. 53-62, jun. 2009.

MILLER, Eric C. The great complacency - conservative Christians and climate change (review). *Journal of Communication and Religion*, v. 45, n. 2, pp. 134-143, 2022.

NORGAARD, Kari Marie. *Living in denial*: climate change, emotions, and everyday life. Cambridge: The MIT Press, 2011.

OJO, John. Climate-related armed conflict and communities' resistance to Rural Grazing Area settlement policy in Nigeria's Middlebelt. *Conflict Resolution Quarterly*, v. 41, p. 121–141, 2023.

OSTROM, E. Capital social negativo o perverso. *Estudos sociológicos*. Ciudad de México: El Colegio de México, n. 21, p. 572-574, 2003.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons*: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PAPA FRANCISCO. *Laudato Sí*: sobre o cuidado da casa comum. Santa Sé, 2015. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/NFC-Carta-Enciclica-laudato-si.pdf. Acesso em: 12/10/2025.

PLEYERS, Geoffrey. A "guerra dos deuses" no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Educação e Sociedade*, v. 41, p. 1-17, 2020.

POORTINGA, Wouter *et al.* Climate change perceptions and their individual-level determinants: a cross--European analysis. *Global Environmental Change*, v. 55, p. 25-35, 2019.

PRATI, Gabriele; PIETRANTONI, Luca; ALBANESI, Cinzia. Human values and beliefs and concern about climate change: a Bayesian longitudinal analysis. *Quality & Quantity*, v. 52, p. 1613–1625, 2018.

ROBBINS, Joel. Onde no mundo estão os valores? Exemplaridade, moralidade e processo social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 39, mai/ago 2015, p. 164-196.

SAGIV, Lilach; SCHWARTZ, Shalom. Personal values across cultures. *Annual Review of Psychology*, v. 73, p. 517–46, 2022. Disponível em: https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev--psych-020821-125100. Acesso em 05/10/2025.

SANTOS, Renan. Evangélicos brasileiros e o ativismo ambiental: incompatibilidades estruturais ou rivalidades eletivas? *Religião e Sociedade*, v. 44, n. 2, 2024.

SCHMIDT, João Pedro. *Mudanças climáticas*: por que o mais grave problema da humanidade não se tornou o problema político nº 1? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2024. Disponível em: https://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/ebook_mudancas-climaticas_v2.pdf. Acesso em 10/11/2025.

SCHOENEFELD, Jonas; MCCAULEY, Michelle. Local is not always better: the impact of climate information on values, behavior and policy support. *J Environ Stud Sci,* v. 6, p. 724–732, 2016.

SCHWARTZ, Shalom. An Overview of the Schwartz Theory of Basic Values. *Online Readings in Psychology and Culture*, v. 2, n 1, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.9707/2307-0919.1116. Acesso em 01/10/2025.

SCHWARTZ, Shalom et al. *Basic human values*: an overview. 2006. Disponível em: https://uranos.ch/research/references/Schwartz_2006/Schwartzpaper.pdf. Acesso em 15/10/2025.

SELZNICK, Philip. *The moral commonwealth*. Berkeley: University of California Press, 1994.

SILVA, Ergon. Climate change denial and anti-science communities on Brazilian Telegram: climate disinformation as a gateway to broader conspiracy networks. *eprint arXiv:2408.15311,* ago 2024.

STOCKUS, Christopher; ZELL, Ethan. Political differences in climate change knowledge and their association with climate attitudes, behavior, and policy support. *Journal of Environmental Psychology*, v. 105, 2025.

TAYLOR, Dorceta. *Toxic communities*: environmental racism, industrial pollution, and residential mobility. New York e London: New York University Press, 2014.

Para publicar na revista Brasileira de Políticas Públicas, acesse o endereço eletrônico www.rbpp.uniceub.br
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.